

Analisando expressões (A-C)

Jean Lauand¹

Resumo: O artigo apresenta alguns verbetes que integrarão um futuro “Dicionário de linguagem e expressões brasileiras”, buscando esclarecer seu uso, datação e sentido.

Palavras Chave: expressões brasileiras. uso, datação e sentido.

Abstract: This article presents some entries (as part of a coming Dictionary) of Brazilian slang and idioms on their datation, meaning and usage.

Keywords: Brazilian slang. Brazilian idioms. datation. meaning.

Adulteração no “Parabéns prá você...”: “muitas felicidades”

Como se sabe, a versão em português do “*Happy Birthday to you*” foi estabelecida em concurso promovido em 1942 pela Rádio Nacional (e não Tupi, como muitos erradamente afirmam, seguindo o Wikipedia...). Poucos anos depois, a versão se consolidou e hoje é cantada mais de meio milhão de vezes por dia no Brasil.

Menos conhecido é o fato de que a professora e poeta, depois doutora em Letras, Bertha Celeste (1902-1999), a autora da letra em português do “Parabéns a você” (e não “prá você”, reclamava a compositora!) em vão reiterou protestos ao longo de toda sua vida contra uma adulteração que o uso popular impôs a seu verso, cantando “muitas felicidades” em vez do original: “muita felicidade”.

Não se trata de filigrana de excesso de zelo de autor; na verdade, o problema do singular ou plural na “felicidade” é clássico e tem muita densidade filosófica e teológica. Como sabiamente adverte Bertha em entrevista para o “Jornal do Brasil” (RJ, 21-03-1999), publicada no dia em que ela completou 97 anos:

Não gostei de terem colocado “muita felicidade” no plural, como se canta agora. Afinal de contas, felicidade é uma só.

Começemos por uma distinção fundamental entre singular e plural que Santo Tomás de Aquino (1225-1274), “o último grande mestre de um cristianismo ainda não dividido” (Josef Pieper²), estabelece: a diferença entre “*secundum quid*” e “*simpliciter*”.

¹. Professor Titular Sênior da FEUSP. Professor Colaborador do Colégio Luterano São Paulo. jeanlaua@usp.br. Autor de dois recém-lançados Pequenos Dicionários de expressões brasileiras. São Paulo: Enguaguaçu, 2023.

². O filósofo alemão contemporâneo (1904-1997) é, a meu ver, o melhor intérprete contemporâneo de Santo Tomás.

O *secundum quid* (aquilo que é sob determinado ponto de vista) refere-se ao plural, aos diversos aspectos de algo; já o *simpliciter* é o advérbio que se refere ao todo, ao que é puro e simplesmente; no caso da ética: ao que se é enquanto homem. Um tiro pode ser bom *secundum quid*, se atinge seu alvo, mas não será bom *simpliciter* se esse tiro for a causa do assassinato de alguém. Uma falcatrua pode ser boa do ponto de vista (*secundum quid*) financeiro de quem a aplica, mas certamente não é boa *simpliciter*.

Pois para Tomás, a moral diz respeito ao todo, refere-se simplesmente ao ser do homem. Assim, no Prólogo da parte II da Suma Teológica, dedicada à moral, ele diz: “Trataremos agora da moral, **isto é**, do ser do homem”. E a virtude aponta para o *ultimum potentiae*, a realização máxima, *simpliciter*, ou como muito bem traduz Pieper, *selbstverwirklichungsvorgang*: “processo de autorrealização”.

Assim, os antigos distinguem realização de realizações; felicidade de felicidades; esperança de esperanças (v. verbete “Esperança”).

Pensemos nas felicidades e realizações *secundum quid*, plurais, jocosamente chamadas “dos S”: saúde, saldo, sucesso, sexo, status, “seleção” (no *secundum quid* do futebol) etc. É claro que alguém pode realizar atos pelos quais se dá bem do ponto de vista dos S, mas que são um desastre do ponto de vista de sua realização *simpliciter*, a realização radical, enquanto homem³.

Nossa época, tão sensível para as realizações, anda um tanto esquecida da realização. Pense-se por exemplo, na realização profissional. O profissional é, antes de tudo, um homem. Daí que a realização profissional deva subordinar-se à moral. Pieper, a propósito, lembra a atual tendência – cada vez mais acentuada em nossa sociedade organizada com base na divisão do trabalho – de pensarmos que uma ação, por trazer o rótulo de trabalho, estaria, por esse próprio fato, legitimada também moralmente. Essa atitude de esquecimento da ética pode levar a desastrosas consequências: “*From a technical point of view it was a sweet and lovely and beautiful job*”, “do ponto de vista técnico, um trabalho doce, belo e fascinante”, são palavras de Oppenheimer, referindo-se à sensação que experimentaram alguns físicos que trabalhavam na produção da bomba atômica...

Compreendemos, assim, aquela sentença de Sócrates: é muito pior cometer uma injustiça do que sofrê-la. “Minha afirmação, que precisamente já foi frequentemente pronunciada, mas sem prejuízo sempre ainda uma vez pode ser pronunciada, diz assim, meu Cálicles: receber de modo injusto uma pancada na face não é a maior vergonha, também não cair nas mãos de um assassino ou assaltante (...). Cometer tal injustiça contra mim é para o autor muito pior do que para mim, que sou a injustiça”⁴. Se eu te firo o rosto com uma faca, o grande desfigurado sou eu...

Independentemente do que nossas ações possam realizar nos diversos âmbitos *secundum quid*, a moral, a realização do homem, está instalada no *simpliciter*, na realização do ser-homem, no “*to be or not to be*”. Como diz Tomás, contrastando os polos *secundum quid* e *simpliciter*:

“Quando porém se trata da moral, a ação humana é vista como afetando não a um aspecto particular, mas à totalidade do ser do homem... ela diz respeito ao que se é enquanto homem” (I-II, 21, 2 ad 2)

³. Certamente dão-se também casos em que o *secundum quid* está em harmonia e colabora com o *simpliciter*.

⁴ Ibidem, 508 d 5-e 6.

Daí que seja muito diferente desejar felicidades ou felicidade. A felicidade é uma só, insiste Bertha! Se até aqui distinguimos a felicidade singular das *secundum quid*, a análise se completa com a consideração complementar, a da união desses dois polos: a tendência a unificar a felicidade em uma única palavra e realidade (em vez de distinguir na linguagem, a felicidade das alturas espirituais das prosaicas alegrias humanas).

Para o aprofundamento nesse tema, a partir daqui, seguiremos a análise de Pieper em seu clássico livro sobre a felicidade⁵.

Pieper observa que o grego possuía duas palavras para duas formas de felicidade: *mákares* são somente os deuses; a forma derivada *makários*, a participação do homem na felicidade sem mal algum dos deuses, acabou se vulgarizando tanto, que autores como Ésquilo ou Sófocles a evitam intencionalmente. Já a outra palavra para felicidade, *eudaimon*, designa originalmente, o homem que tem dinheiro, e mais amplamente, que é bafejado por felicidades... O Novo Testamento nunca usa *eudaimon* e *eudaimonia* e para as bem-aventuranças ou em qualquer outra passagem, só emprega *makários*, *makariótes*. Do mesmo modo na *Vulgata* nunca se dão *felix* e *felicitas* (a *eudaimonia*), mas somente *beatus* e *beatitudo* (a felicidade do divino).

Pieper, a seguir, observa que a linguagem tende a “vulgarizar” a felicidade e expressar suas diversas formas – a divina, a participação do homem nessa bem-aventurança e até a pequena satisfação de um desejo fugaz – **com uma mesma e única palavra**. E isto não por acaso, mas pela própria estrutura da Criação divina, que conecta as supostas “duas felicidades”. E, nesse sentido, cita uma sentença fundamentalíssima de Tomás⁶:

Assim como o bem criado é certa semelhança e participação do Bem Incriado, assim também a consecução de qualquer bem criado é também certa semelhança e participação da felicidade eterna (*De Malo* 5, 1, ad 5).

O que Tomás quer dizer é que não só as intensas experiências místicas e elevações espirituais, mas mesmo um copo de água fresca em um dia de calor, um gol do meu time, um sorriso amigo etc. qualquer felicidade, qualquer satisfação tem que ver com a eterna bem-aventurança. Pela Criação, Deus nos dá o ser em participação e todo desejo humano aponta para a Felicidade final, todas as felicidades são, no fundo, uma busca da mesma e única Felicidade. É aquela sentença proferida à entrada do Paraíso (o paraíso: o mesmo e único doce fruto que nós, mortais, por mil ramos procuramos), uma das prediletas do próprio Dante:

*Quel dolce pome che per tanti rami
cercando va la cura de' mortali
Oggi porrà in pace le tue fami*

Felicidade é, assim, o doce fruto, singular, e Dona Bertha alinha-se à tradição clássica cristã em seu verso que deseja “muita felicidade”, pois como ela mesma diz: “afinal de contas, felicidade é uma só”.

Adultrações na interpretação do Pique-Pique do “Parabéns...”

⁵ Seguiremos a edição espanhola *Felicidad y Contemplación* (cap. 1) contida em *El ocio y la vida intelectual*. 4ª. ed. Madrid: Rialp, 1991, pp. 231 e ss.

⁶ Sentença tão fundamental que a ela voltaremos em outros verbetes.

No filme “O homem que matou o facínora” (1962), o personagem Ransom (um advogado culto e avesso a armas, que acaba por se eleger senador), de volta à sua pequena cidade, após anos afastado, conta ao editor do jornal local a verdadeira história da morte do bandido Liberty Valance e que – ao contrário do que dizia a lenda de muitos anos – não foi ele quem matou o facínora. Ao final de seu relato, Ransom pergunta ao jornalista: “O senhor não vai usar essa história, não é?”. Ao que este responde:

“Não, senhor. Aqui é o Oeste, senhor. Quando a **lenda se torna fato**, publique a lenda” (“*When the legend becomes fact, print the legend*”).

É o que ocorre frequentemente com falsas etimologias e fraseologias: prevalece a lenda, simplesmente porque certos senhores, do alto de suas “certezas”, acham muito mais interessante (e muito menos trabalhoso do que pesquisar com rigor científico...) promover uma lenda que eles julgam engenhosa, uma *fake news* na fraseologia, pelo gosto de terem sido eles a inventá-la ou por outras motivações...

É o que acontece com o corinho, em geral de aniversário, que contemplamos neste verbete. A lenda, no caso, vem “avalizada” por fonte acadêmica: o artigo “O Brasil que as Arcadas vislumbraram”, na prestigiosa revista Pesquisa Fapesp (No. 102, agosto 2004 - <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-brasil-que-as-arcadas-vislumbraram/> Acessado em 01-10-2023). Nesse estudo – ainda recentemente (26-12-24) mais uma vez ecoado por mais uma matéria na Internet, desta vez por matéria do Uol: <https://www.uol.com.br/nossa/noticias/redacao/2023/12/26/voce-sabia-baronde-nasceu-o-bauru-tambem-inventou-o-e-pique-e-pique.htm>) o autor atribui à Faculdade de Direito a origem do famoso corinho, criado pelos “pândegos estudantes das Arcadas da década de 30” e, entre outros delírios pontifica:

“É pique, é pique” era uma saudação ao estudante Ubirajara Martins, conhecido como “pic-pic” porque vivia com uma tesourinha aparando a barba e o bigode pontiagudo. (...) “Rá-tim-bum”, por incrível que pareça, refere-se a um rajá indiano chamado Timbum, ou coisa parecida, que visitou a faculdade – e cativou os estudantes com a sonoridade de seu nome. O amontoado de bordões ecoava nas mesas do restaurante Ponto Chic, com um formato um pouco diferente do que se conhece hoje: “Pic-pic, pic-pic; meia hora, é hora, é hora, é hora; rá, já, tim, bum”.

Infelizmente, as *fake news* no campo da fraseologia são, muitas vezes, propaladas por ilustres acadêmicos – que as apresentam como certezas – e mesmo sendo a “lenda” de péssima categoria, acaba sendo aceita e reproduzida por inúmeros veículos e sites e tida como a versão oficial. Em meus dois dicionários anteriores – *Pequeno Dicionário de Expressões Brasileiras* e *Pequeno Dicionário Filosófico e Sociológico de Expressões Brasileiras* (São Paulo: Enguagaçu, 2023) – procurei desmascarar diversas dessas farsas.

Neste caso, em vez da estranha tese da tesourinha do pic-pic, está registrado o “pique-pique” (grafado como pique – como no jogo de pega-pega – ou no turfe) como corinho autônomo (e independente do “tudo”/“nada”), associado sobretudo ao carnaval (p. ex.: “Correio Paulistano”, 03-03-1935) e cuja versão completa era:

Pique, pique,
Pique, pique,

Pique!...
Hurrah! Hurrah!
("Correio de S; Paulo", 27-01-1934)

O mais ridículo é a invenção do exótico potentado indiano. Já que o marajá Timbum parece inverossímil ao próprio autor, ele deveria, ao menos, nos apontar suas fontes e não afirmar categoricamente suas duvidosa existência e visita às Arcadas...

Como é natural em corinhos, cantigas, parlendas etc. não há uma fórmula rígida e imutável, além do fato de que o texto vai se modificando/ampliando ao longo das décadas e pode se juntar cumulativamente com congêneres. O fato – este, sim, documentado – é que nosso corinho aparece registrado, em forma primitiva breve da época, já na "Gazeta Popular" (São Paulo, 25-10-1933), como grito de torcida em jogo de várzea entre o Interrogação (sic) e o S. Paulo. A torcida animada comemorava:

– Ao Interrogação nada? Tudo. Como é, comé, comé, comé... Rá...
rá... rá... Chiii Pum... Interrogação... Interrogação... Interrogação...
Pique, pique,
Pique!...
Hurrah! Hurrah!
("Correio de S; Paulo", 27-01-1934)

Uma curiosidade: em Portugal, o corinho correspondente (veja-se p. ex. <https://www.youtube.com/watch?v=-NI-4MhdmtQ>) é:

- Então (malta), e para.....não vai nada, nada, nada, nada?
- Tudo !
- Mas mesmo nada, nada, nada, nada?
- Tudo!
- Então, com toda a cagança, com toda a pujança ...(e outros dizeres)..... aqui vai/sai um...F-R-A [efe-erre-a]!
- Frá!
- FRE! [efe-erre-e]
-Fré!
-FRI! [efe-erre-i]
- Fri!
- FRO! [efe-erre-o]
- Fró!
- FRU (com prolongamento do som É da letra F: "éf "- concluindo com RU - "érriu").
- Fru!
-(todos) FRA, FRE, FRI, FRO FRU
ALQUA, (a)liquá, (a)liquá (BIS)
CHIRIBIRIBI-TÁ-TÁ-TÁ-TÁ (BIS)
HURRA, HURRA, HURRA!!!
(<http://notasemelodias.blogspot.com/2008/09/notas-sobre-o-grito-acadmico-fra.html>)

Ainda bem – Ainda mal

Para o falante de hoje, pode parecer surpreendente, mas ao longo de todo o século 19, além da locução “ainda bem” (vivíssima até hoje) era frequente também a antônima: “ainda mal”.

Para compreendermos essas expressões, devemos considerar que alguns usos de “ainda” contêm um aspecto adversativo, de “embora”, como por exemplo em: “Sei que vai chover, ainda assim vou sair”, “Ainda que tenhamos convicções, não somos fanáticos” ou “Ainda que sejam pobres, são muito generosos”.

É também o caso de “ainda bem”, que significa “felizmente”, mas por vezes, com um sentido adversativo, que neutraliza ou atenua um mal declarado inicialmente: “Os bandidos entraram em nossa loja, ainda bem que a polícia chegou a tempo”. O que poderia ser lido desmembrando os dois termos da locução: “**Ainda** que (tenha havido um mal:) bandidos entraram em nossa loja, houve um **bem**: a polícia ter chegado a tempo”. Ou “Perdi três de meus cartões de banco, ainda bem que recuperei um deles”, **ainda** que (tenha havido um mal:) eu tenha perdido meus três cartões de banco, houve um bem: a recuperação de um deles”.

Essa expressão existe desde sempre na BN, sua primeira aparição dá-se em “A Malagueta” (RJ, janeiro de 1821):

Ainda bem que a boa fé do Redactor do Semanario Civico (...) não tem permitido que (...) o Semanario visse, até agora, no Brasil mais do que huma casta de Portuguezes infames, ou perigosos.

De modo similar, era frequente no século XIX a locução “ainda mal” (presente na BN desde 1821), no sentido de infelizmente, geralmente com um bem suplantado por um mal: “Tirei notas excelentes em Geometria, ainda mal fui reprovado por faltas”, ou “Ainda que (tenha ocorrido um bem:) eu tenha tirado notas excelentes em Geometria, houve o mal da reprovação por faltas”.

Nesse sentido, “O Imperio do Brasil” (RJ, 12-12-1826) celebra a bondade da Imperatriz Dona Leopoldina, falecida na véspera. Após louvar o imenso bem de sua virtuosa vida:

“(...) fallam tão altamente todas as acções de sua vida innocente, e ainda mal tão breve”.

“Ainda bem” e “ainda mal” podem também partir de situações neutras, não necessariamente más ou boas, respectivamente. Assim, por exemplo, “Meu time, o Esportivo F. C., passou o primeiro turno no meio da tabela”, admite como complementos: “ainda bem que no segundo turno foi avassalador e sagrou-se campeão” ou, pelo contrário, “ainda mal que no segundo turno desandou e acabou rebaixado”. Ou simplesmente no sentido de “Que bom!” (/Que chato!): “Ainda bem que o chefe me deu uma promoção” ou “Ainda mal que hoje o chefe me despediu.”

Cabe ainda, em emprego menos próprio, o uso das expressões como “felizmente” (/“infelizmente”), no sentido de reforço de um bem (/mal), de “ainda por cima”: “O meu Esportivo ganhou o Brasileirão, a Copa do Brasil e, ainda bem, que também a Libertadores”. E na BN:

Cumpre que eu te revele um episodio de minha vida, – doloroso e amargo sim – mas ainda mal que verdadeiro.
 (“O Mercantil”, SP 11-01-1851”)

Sugestivamente, nosso “ainda bem”, em italiano é *meno male...*

Ajoelhou tem que rezar

Inúmeras são as canções que em seus títulos se apropriam de provérbios e expressões populares. E, por vezes, ocorre o contrário: é uma canção (especialmente as antigas marchinhas de carnaval) que gera uma expressão, que é adotada pelo povo.

“Se ajoelhou, tem que rezar” surge por primeira vez na BN em 1969, como título de uma canção – hoje esquecida – de Vinicius de Moraes e Edu Lobo:

Baden Powell recebendo a letra de Vinicius de Moraes e Edu Lobo
“Se ajoelhou, tem que rezar”, para fazer a trilha [de um show].
 (“Diário da Noite” RJ, 21-04-1969)

A letra dizia:

Não é só perder por perder
Não é só ganhar por ganhar
Quem nunca viveu não vai merecer
Porque, se ajoelhou, tem que rezar

O verso, que convoca à autenticidade, é típico de Vinicius e está na mesma linha, por exemplo, dos de “Na tonga da mironga do kabuletê” (1970):

Você que lê e não sabe
Você que reza e não crê
Você que entra e não cabe
Você vai ter que viver
Na tonga da mironga do kabuletê
Você que fuma e não traga
E que não paga pra ver
Vou lhe rogar uma praga
Eu vou é mandar você
Pra tonga da mironga do kabuletê

Só no ano seguinte, 1970, a expressão “ajoelhou...” começa a ser usada correntemente, embora da música ninguém se lembre.

Álgebra: das fraturas às equações e ao Alcorão...

Tal como, no latim, a palavra “absurdo” (v. verbete “surdo”) migrou do âmbito acústico para o da lógica, assim também o vocábulo “álgebra”, na língua árabe, passou para a ciência matemática, mas seu significado original era (e ainda é) o da arte de recondução de ossos ao seu lugar natural (talvez forçando-os por tala, gesso etc.), em casos de fratura ou luxação. Também na Espanha (e em Portugal), no tempo em que os barbeiros acumulavam funções, podia-se ver a placa “*Algebrista y Sangrador*”

em barbearias⁷. E no Quixote, quando o engenhoso fidalgo vence o Cavaleiro dos Espelhos (o bacharel Sansón Carrasco), deixando-o com grandes dores nas costelas, em uma aldeia tiveram a ventura de encontrar “*un algebrista*” que curou Sansón (parte II, cap.XV)

Assim, “algebrista” ocorre nesse sentido ortopédico até o século 19 no Brasil, como vemos na BN, por exemplo em:

Conheço uma família em que o talento de algebrista parece hereditario. Luxações que os mais habéis cirurgiões ou não reduzem ou reduzem muito mal, são reduzidas por qualquer da dita família, homem ou mulher, com uma facilidade que espanta.
 (“Diario Novo” PE, 16-08-1843)

(Uma dançarina) tinha desconjuntado o pé esquerdo em certo passo de dança. A deslocação mal tratada por um algebrista degenerara em inflammação maligna. (“Gazeta da Tarde” RJ, 01-06-1881)

Como o significado de “Álgebra” se estendeu de redução de ossos para o ramo da matemática que estuda as equações?

Muhammad Ibn Musa Al-Khwarizmi foi membro da “Casa da Sabedoria”, a importante academia científica de Bagdad, que alcançou seu esplendor sob Al-Ma’amun (califa de 813 a 833). A ele, Al-Khwarizmi dedicou seu *Al-Kitab al-muhtasar fy hisab al-jabr wa al-muqabalah* (“Livro breve para o cálculo da *al-jabr* e da *muqabalah*”), o livro fundador da Álgebra (*Al-jabr*).

Começamos por observar que as palavras que nomeiam a nova ciência, *al-jabr* e *al-muqabalah*, embora empregadas por Al-Khwarizmi em sentido técnico, eram (e ainda são) termos da linguagem corrente árabe. O radical trilítere *j-b-r*⁸ designa uma força que compele, que obriga e, em alguns casos (como o das “álgebras”), força algo a entrar no devido lugar.

O Alcorão diversas vezes (11, 59; 14, 15; 28, 19; 40, 35; etc.) emprega *j-b-r* para “tiranizar”, “tirano” etc.. E não por acaso, a corrente teológica muçulmana que nega o livre-arbítrio do homem em favor de um inevitável destino pré-determinado, foi denominada *jabariyah*. E também o serviço militar compulsório é *ijbary* e *Al-Jabar* – o forte, o que faz valer sua vontade – é um dos 99 nomes de Deus (Alcorão 59, 23). O arcanjo Gabriel, *Jibryl*, é, literalmente, força-de-Deus, a que Allah usa para pôr as coisas no devido lugar...

Por que Al-Khwarizmi escolhe a palavra Álgebra (*Al-Jabr*) para o procedimento característico de sua nova ciência? Precisamente porque – analogamente à ortopedia – nas equações, cada termo é obrigado a ir para o lugar que lhe deve corresponder⁹.

⁷. Kline, Morris *Mathematical Thought from Ancient to Modern Times*, New York, Oxford University Press, 1972, p. 192.

⁸. Como se sabe, o radical consonantal é, em árabe, o que é semanticamente decisivo: as vogais, a prefixação etc. só fazem uma determinação periférica de sentido.

⁹. Para detalhes técnicos sobre a *jabr* e a *muqabalah*, ver o capítulo “A Álgebra como ciência árabe” em meu livro *Filosofia, Linguagem, Arte e Educação*, disponível em: <https://www.jeanlauand.com/FilosofiaArte.pdf> O capítulo também aprofunda sobre as divergências teológicas entre cristianismo e islam.

Do ponto de vista teológico, a Álgebra – ciência árabe – nos conduz à consideração de uma importante distinção entre o cristianismo e o islam sobre as relações da religião com o mundo temporal.

A Álgebra foi criada literalmente para equacionar problemas práticos suscitados pelo Alcorão, a propósito do tema: herança. Pois na questão da herança, o Alcorão (4, 11 e ss.) é muito concreto e detalhista: “Allah vos ordena o seguinte no que diz respeito a vossos filhos: que a porção do varão equivalha à de duas mulheres. Se estas são mais de duas¹⁰, corresponder-lhes-ão dois terços da herança. Se é filha única, a metade. A cada um dos pais corresponderá um sexto da herança, se deixa filhos; mas, se não tem filhos e lhe herdarem só os pais, um sexto é para a mãe etc., etc.”. E conclui: “De vossos ascendentes ou descendentes, não sabeis quais vos são os mais úteis. Isto compete a Allah. Allah é onisciente, sábio”.

Contrastemos com o cristianismo. Por coincidência, o mesmo problema da herança (para o muçulmano, sob a legislação direta de Allah) é proposto a Cristo. Cristo, que declara – algo impensável na visão muçulmana – “A César o que é de César; a Deus o que é de Deus”, recusa-se a estabelecer concretamente os termos da herança.

Trata-se de um episódio evangélico *aparentemente* intrascendente: “um da multidão” aproxima-se de Cristo e faz um pedido: que Jesus use Sua autoridade para convencer seu irmão a repartir com ele a herança (Lc 12, 13). Para surpresa daquele homem (e contrariando a mentalidade antiga e a oriental, que uniam o poder religioso a questões temporais...), Cristo recusa-se terminantemente a intervir nessa questão: “Homem, quem me estabeleceu juiz ou árbitro de vossa partilha?” (Lc 12, 14). O máximo a que Cristo chega é a uma condenação genérica da cobiça, contando a esses irmãos a parábola do homem rico cujos campos haviam produzido abundante fruto e com o célebre convite à contemplação dos lírios: “Olhai os lírios do campo...!”.

Além do mais, para o cristianismo, a revelação divina é meramente inspirada ao hagiógrafo: o evangelho *segundo* Lucas, João etc.; para o Islam, ao contrário, a revelação é ditada, “descida” (em árabe, o verbo *nazala*, que se aplica à revelação divina, significa “descer”). A revelação de Allah é para uma unidade (*tawhid*) e esse princípio de unidade se aplica não só à política, mas alcança também as ciências.

Já para um cristão, o mundo é criação de Deus e obra de sua Inteligência: o mundo foi criado pelo *Logos* e, portanto, conhecer o mundo é conhecer sinais de Deus. E mais: cada criatura é porque é criada inteligentemente por Deus, participa do ser de Deus. O Deus cristão é *Emmanuel*, Deus conosco, e pela Encarnação, a eternidade de Deus ingressa na temporalidade e Cristo encabeça, re-capitula (como diz o *Catecismo da Igreja Católica*) toda a realidade criada. Daí que a Igreja defenda a lei moral, lei natural da dignidade do ser do homem, que lhe foi conferida pelo ato criador do *Verbum*. Mas, precisamente por essa mesma concepção teológica, o cristão pode afirmar a mais decidida autonomia das realidades temporais: **porque** o mundo é obra do *Logos*, a realidade temporal tem sua verdade própria, suas leis próprias, naturais, descartando o clericalismo.

Em resumo, pensando em termos de princípios, para o cristão é muito mais fácil, é natural aceitar a autonomia das realidades temporais (no que não fira a ordem moral da natureza, afirmada e defendida pela Igreja). Esta é mesmo a doutrina oficial católica, reafirmada pelo Concílio Vaticano II, que rejeita tanto o clericalismo quanto o laicismo, que pretende afastar Deus da realidade social. Assim, na mesma passagem (4, 36) em que a *Lumen Gentium* afirma: “nenhuma atividade humana pode ser subtraída ao domínio de Deus”, ajunta: “é preciso reconhecer que a cidade terrena, a

¹⁰. E se só há filhas...

quem são confiados os cuidados temporais, se rege por princípios próprios”. E a *Gaudium et Spes* (1, 3, 36): “Se por autonomia das realidades terrestres entendemos que as coisas criadas e as mesmas sociedades gozam de leis e valores próprios, a serem conhecidos, usados e ordenados gradativamente pelo homem, é absolutamente necessário exigí-la. Isto não é só reivindicado pelos homens de nosso tempo, mas está também de acordo com a vontade do Criador. Pela própria condição da criação, todas as coisas são dotadas de fundamento próprio, verdade, bondade, leis e ordem específicas. O homem deve respeitar tudo isto, reconhecendo os métodos próprios de cada ciência e arte”.

A sabedoria que se requer é a de equacionar esses polos no âmbito das realidades concretas em cada caso...

“Alugar” alguém

Algumas expressões, por limitações das próprias ferramentas, são praticamente impossíveis de serem pesquisadas na BN, Acervo do Estadão etc. É o caso da gíria brasileira, “alugar”, no sentido de tomar abusivamente o tempo de alguém ou mesmo maltratá-lo, como quando se diz: “ele alugou o pobre do professor e ficou 20 minutos depois da aula, incomodando o mestre com suas perguntas imbecis”.

Um referencial importante para datar, mesmo imprecisamente, a expressão “alugar alguém” é o fato de que “Você me alugou” é o título de uma canção de 1988 da dupla sertaneja Althair & Alexandre, que dizia:

Hoje, você me alugou
Pra falar das coisas que eu não mereço
Falou na minha cabeça
Até de um romance que eu desconheço

Se a memória não me engana, esse uso de “alugar” originou-se mesmo nos anos 80 e foi muito popular nas décadas seguintes. Mas, o mais importante é a perversa mentalidade tupiniquim que fez com que “alugar” passasse a significar também maltratar, abusar: se o carro não é meu, mas alugado, não vou tomar cuidado com lombadas ou tartarugas na rua; se se aluga um quarto num hotel, o ar condicionado fica ligado mesmo quando se está ausente por horas, etc...

Atazanar

É forma relativamente recente e aparece por primeira vez na BN em 1890, como variante da original, bem mais antiga, “atenazar”, que deixa transparecer a etimologia (a “tenacidade” do incômodo agarramento das hastes do “tenaz”), como em:

O Sr. é tenaz em atazanar nossa paciência. Arre! Que sarna!
 (“Gazeta Illustrada” RJ, No. 218, 1880)

“Atazanar” só surge na BN em 25-11-1892, em artigo de “O Estado” (SC), sobre os mosquitos:

“Insuportáveis bichinhos... Sempre a atazanar a humanidade”

Recebido para publicação em 19-12-23; aceito em 03-01-24